

**Governo agora pede prazo até 21 de julho.
CONDSEF convoca plenária nacional para 18/07 para discutir
Indicativo de Greve para o dia 22**



Fórum de Entidades dos SPFs se reúne com o MPOG (Foto: ANDES/SN)

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fórum dos SPF ou FONASEFE) se reuniu com a Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT-MPOG) na tarde desta terça-feira (7) em Brasília. A SRT-MPOG não apresentou nova proposta e insistiu no reajuste parcelado em quatro anos que não cobre a inflação.

A reunião iniciou com duas horas de atraso em razão do entendimento do MPOG de se reunir antes com uma série de entidades que não compõem o Fórum.

Às 18h iniciou a reunião, com término após as 20h. Nos informes feitos pela Condsef foi dito que:

1- o governo não abre mão do índice de 21,3 % apresentado;

2- o governo concorda em abrir o processo negocial das questões específicas (**Reuniões setoriais**) – Sérgio Mendonça também informou que a SRT vai convocar reuniões setoriais para apresentar retorno formal do governo a todas as pautas específicas que foram apresentadas ao Planejamento. A sinalização da SRT é de que é possível dialogar um conjunto de instrumentos que o governo espera possa auxiliar na tentativa de avanço das negociações. A SRT quer um retorno da categoria. No entanto, ainda sem qualquer proposta formal os servidores devem continuar mobilizados e construindo a unidade em torno da possibilidade de uma greve geral a partir do dia 22 de julho, data aprovada em plenária da Condsef, que representa a maioria dos servidores do Executivo.

3- o governo concorda em rever a plurianualidade, ou seja, o parcelamento em 4 anos, deixando claro, entretanto, que em uma só parcela, como é o desejo da categoria, não será possível;

4-Entre essas pautas específicas estão: a política de ajuste nos principais benefícios do Executivo (auxílio-alimentação, plano de saúde, creche) que estão bastante defasados em relação aos outros Poderes; o debate sobre a Convenção 151 que regulamenta a negociação coletiva no setor público, além de afirmar que o governo não tem uma posição fechada com relação a uma proposta dividida em quatro anos e pode debater a redução desse prazo. No entanto, Mendonça destacou que a margem para flexibilizar os percentuais de reajuste já apresentados é mínima. Apesar da sinalização positiva com relação ao debate de outras pautas importantes para a categoria, nenhuma proposta concreta foi apresentada. Ficando agendada nova rodada de negociação para o dia 21 de julho/2015.

As diretoras da Cnasi Maria Cleuza e Rosane se fizeram presentes durante toda a vigília.



(Foto: Sindsep-DF)

Direção Colegiada da CNASI